



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

O Governo declarou a caducidade da concessão provisória do terreno do edifício Pearl Horizon nos termos da lei, e afirmou, em simultâneo, que dava grande importância aos pequenos proprietários que adquiriram fracções daquele edifício em construção. Portanto, se este caso não for bem tratado, a credibilidade do Governo ainda será mais prejudicada. No entanto, se houver razoabilidade e transparência suficiente na resolução deste problema, pode contribuir-se para a definição de normas a utilizar pelo Governo na sua prática de gestão dos terrenos nos termos da lei. Em Março deste ano, numa resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo prometeu que, se ganhasse a causa em tribunal, ia ponderar sobre a abertura de concurso público, procurando salvaguardar, dentro do possível, os interesses dos compradores de fracções de edifícios em construção. E que, se fosse aberto concurso público, iam ser estabelecidas cláusulas especiais, nos termos das disposições legais aplicáveis, para responder às exigências dos compradores que pretendem adquirir tais fracções. Assim sendo, como o Tribunal de Última Instância já negou provimento a um recurso relativo ao pedido de providência cautelar, não há qualquer inconveniente se o Governo se preparar mais cedo para resolver este caso através de medidas claras e concretas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Março deste ano, numa resposta a uma interpelação escrita minha, o Governo prometeu que, se ganhasse a causa em tribunal, ia ponderar sobre a abertura de concurso público, procurando salvaguardar, dentro do possível, os interesses dos compradores de fracções de edifícios em construção. E que, se fosse aberto concurso público, iam ser estabelecidas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

cláusulas especiais, nos termos das disposições legais aplicáveis, para responder às exigências dos compradores de fracções de edifícios em construção. O Governo vai manter essa promessa?

2. No dia 1 de Novembro deste ano, o TUI negou provimento a um recurso apresentado pelo construtor contra a decisão do Tribunal de Segunda Instância em relação a uma providência cautelar sobre o despacho do Chefe do Executivo que declarou a caducidade da concessão do terreno do edifício Pearl Horizon. O Governo deve esclarecer quais são as disposições legais que o impedem de resolver este caso de imediato e nos termos da lei. Vai fazê-lo?
3. Se não houver nenhuma disposição legal que impeça o Governo de resolver este caso de imediato e nos termos da lei, este deve ter em conta o factor tempo, com vista a reduzir os atrasos, e deve definir, activamente e quanto antes, condições concretas para que o construtor que venha a ganhar o novo concurso público seja obrigado a manter o plano de construção original, a proporcionar as fracções planeadas e a cumprir os contratos-promessa de compra e venda celebrados. Vai fazê-lo?

21 de Novembro de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Ng Kuok Cheong**